



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

22/11/2016

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. ESMAM.....	1 - 3
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	5 - 6
3.2. EVENTOS.....	7 - 8
3.3. JUÍZES.....	9
3.4. VARA CRIMINAL.....	10
4. JORNAL EXTRA	
4.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	11
4.2. JUÍZES.....	12
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. PRESIDÊNCIA.....	13 - 14
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. ASSESSORIA.....	15 - 18
6.2. DIRETORIA.....	19
6.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	20
6.4. VARA CRIMINAL.....	21 - 23
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. PRESIDÊNCIA.....	24
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	25
8.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	26
8.3. JUÍZES.....	27 - 29
8.4. PLANTÃO NO TJMA.....	30
8.5. VARA CRIMINAL.....	31 - 32

Esmam Cultural marca encerramento das comemorações dos 30 anos da escola judicial



Esmam Cultural marca encerramento das comemorações dos 30 anos da escola judicial



A 9ª edição do 'Esmam Cultural', projeto que incentiva a expressão artística no âmbito do Poder Judiciário, marcou o encerramento da programação comemorativa dos 30 anos da escola judicial maranhense, no auditório José Joaquim Filgueiras, no Fórum de São Luís, no Calhau, na última sexta-feira (18).

O evento cultural teve início com a exposição de pintura de servidores e magistrados, com a participação especial do artista plástico Fransoufer. As telas ficarão à disposição do público até o dia 30 deste mês, no horário das 8h às 18h. Mereceu destaque também na abertura da programação o 'Canto de Leitura', espaço com obras lançadas pelo Selo Editorial Esmam, a apresentação de Amós Melodia no teclado, e a dança no ritmo do tango da juíza Ticiany Gedeon.

A programação cultural teve prosseguimento com o recital de poesia por magistrados, servidores e convidados, no palco do auditório. Na área musical, o juiz Raimundo Neris reuniu os amigos Gabriel Veras, Nilson Rufino, Thaynara Oliveira e José Reis, da Escola de Música, para a execução do "Lago dos Cisnes" e "Greensleeves".

"É a segunda vez que participo do Esmam Cultural e dessa vez com a participação de amigos da Escola de Música. Fiquei feliz com o resultado desse trabalho. A música me ajuda a superar o stress do dia a dia no Fórum", disse o juiz, que atua na 9ª Vara da Fazenda Pública.

A servidora da comarca de Santa Inês, Elisangela Marcos, que cantou a música "Wave", de Tom Jobim, vem participando do projeto desde a quinta edição. "É uma forma de mostrarmos o nosso trabalho artístico, conhecer pessoas e adquirir novas experiências culturais", disse Elizangela.

Já o desembargador Tyrone Silva estreou no Esmam Cultural, cantando as músicas "De mais ninguém" (Marisa Monte e Arnaldo Antunes) e "Eu quero apenas" (Roberto Carlos). "É a primeira vez que me apresento no palco e a experiência foi muito boa, principalmente na convivência com os colegas de trabalho", disse o magistrado.

O juiz Nelson Melo de Moraes Rego recitou o poema "Amor, verdadeiro sentido da vida", de sua autoria. O magistrado Roberto de Paula, por sua vez, recitou "Navio Negreiro", de Castro Alves.

Acompanhados pela banda dirigida pelo músico e arranjador, Luiz Júnior, cantaram no palco o juiz Luís Carlos Licar Pereira, os servidores Antonio Cláudio Frazão Teixeira (Coordenação de Material e Patrimônio), Maria José Garcez Cordeiro (8ª Vara Criminal), com participação especial de Mikael Garcez no violão, Fernanda Noletto Silva (gabinete do desembargador Jamil Gedeon), Alzimary Pinheiro Sousa (5ª Vara da Família de São Luís), e a convidada Angélica Barros (filha do desembargador Raimundo Barros).

O diretor da Esmam, desembargador Jamil Gedeon disse que o projeto é uma interação entre os magistrados e os servidores. “Vamos procurar cada ano fazer melhor porque é um espaço de cultura e arte do Poder Judiciário”, afirmou Jamil Gedeon.

O desembargador Lourival Serejo disse que o Esmam Cultural - do qual é um dos idealizadores - é o momento em que a escola oferece um espaço interdisciplinar da atividade dos magistrados e servidores para que eles se voltem a essa manifestação cultural expressada pela música, poesia e pelo convívio agradável. “O Esmam Cultural contribui para a humanização desses operadores do Direito que precisam ter essa convivência harmoniosa com a arte”, ressaltou o desembargador.

A programação cultural encerrou com o show “Criolina”, dos músicos Alê Muniz e Luciana Simões. Prestigiaram o evento os desembargadores João Santana, José Bernardo Silva Rodrigues, Raimundo Barros, Ricardo Duailibe e Marcelino Everton; juízes, a secretária-geral da Esmam, Marilse Medeiros, servidores, entre outros.

Assessoria de Comunicação do TJMA

Corregedoria vai inspecionar cartórios de Imperatriz

O resultado dessas visitas e reuniões compõe relatórios que apresentam as deficiências e as boas práticas encontradas

Brenda Herênio

A Corregedoria Geral da Justiça realizará inspeção extraordinária nas serventias extrajudiciais das comarcas de Imperatriz, João Lisboa e Cidelândia. A visita ocorre a partir desta segunda-feira (21) até a próxima sexta-feira (25), para fiscalização dos serviços prestados à população e verificação das condições gerais de funcionamento desses cartórios.

A função da Corregedoria-Geral da Justiça, dentre outras atribuições, consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre todos os juízes estaduais e

servidores do foro judicial ou extrajudicial, sendo exercida em todo o Estado pelo Corregedor-Geral da Justiça, Corregedor da Justiça, Juízes Auxiliares da Corregedoria, por delegação, e, nos limites das suas atribuições, pelos Juízes de Direito.

Em Imperatriz, serão inspecionados os 1º, 2º, 3º e 4º ofícios; em João Lisboa, os 1º e 2º ofícios e em Cidelândia, o ofício único. A inspeção será presidida pelas juízas Sara Gama e Rosária Duarte, com auxílio dos servidores Acayene Lopes, Andrea Coelho, Lourival Ramos, e Eliana Ferreira. Durante as inspeções não ficarão suspensos os atendimentos nas serventias

inspecionadas.

O resultado dessas visitas e reuniões compõe relatórios que apresentam as deficiências e as boas práticas encontradas, além de recomendações às unidades para melhorar seu desempenho. São realizadas inspeções para "apuração de fatos relacionados ao conhecimento e à verificação do funcionamento dos serviços judiciais e auxiliares, das serventias e dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, havendo ou não evidências de irregularidades" (artigo 48 do Regimento Interno do CNJ).

Já as correções têm como finalida-

de "apuração de fatos determinados relacionados a deficiências graves dos serviços judiciais e auxiliares, das serventias e dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro" (artigo 54 do Regimento Interno do CNJ).

Os procedimentos de fiscalização podem contar com o apoio de servidores e magistrados de Tribunais e de técnicos de órgãos como Controladoria Geral da União, Receita Federal, COAF e tribunais de contas. Em alguns casos, a Corregedoria Nacional instaura sindicância investigativa para aprofundar fatos graves apontados em relatório de inspeção ou correção.

Semana da Conciliação é aberta pelo TJ

Foi iniciada ontem, no Fórum Sarney Costa (Calhau), a Semana da Conciliação, que tem como objetivo buscar soluções alternativas aos conflitos apresentados à Justiça.

A abertura da semana, que este ano traz como slogan "Conciliação - O caminho mais curto para resolver seus problemas", contou com a presença dos desembargadores Cleones Cunha (presidente do TJMA), José Luiz Almeida (presidente do Núcleo de Solução de Conflitos) e juízes.

O Poder Judiciário do Maranhão está promovendo a Semana da Conciliação, que tem como foco a resolução de conflitos envolvendo litigantes no Estado.

De Jesus



Gutemberg Araújo, Ivan Sarney, Kleber Moreira e José Joaquim, autor da proposta

Reconhecimento

Kleber Moreira recebe o título de cidadão ludovicense

GERAL 5

Kleber Moreira recebe título de cidadão de SL

Advogado foi homenageado em ato solene na tarde de ontem na Câmara Municipal de São Luís

O advogado Kleber Moreira recebeu, na tarde de ontem, em ato realizado no plenário Simão Estácio da Silva, na Câmara Municipal de São Luís, o título de Cidadão Ludovicense. Além de familiares, a solenidade também foi prestigiada por representantes do Poder Judiciário e convidados.

Kleber Moreira disse que se sentia honrado com o prêmio, pois trata-se da coroação da carreira na advocacia. “Eu me sinto muito feliz por tudo o que ocorreu na minha vida, por estar aqui com os meus amigos, familiares, neste momento

inesquecível”, disse. Ele também lembrou os tempos em que foi redator e repórter do jornal do Dia, atual **O Estado**, entre os anos de 1954 e 1958.

O advogado lembrou os tempos difíceis de vida, em especial quando chegou à capital maranhense em 1944. “Cheguei sem nada e consegui construir uma carreira consolidada. Estou muito orgulhoso por ter chegado aqui”, disse.

Durante a solenidade, o vereador José Joaquim (PSDB), autor do texto que trata da concessão do título de cidadão à Kleber Moreira,



De Jesus

Kleber Moreira durante evento

lembrou a amizade com o advogado. “Além de ter construído uma relação profissional com o competente Kleber Moreira, também se trata de um amigo a quem tenho grande zelo”, afirmou.

Perfil

Kleber Moreira nasceu no dia 8 de janeiro de 1931, no município de Penalva (MA), e se formou em Di-

“Eu me sinto muito feliz por tudo o que ocorreu na minha vida, por estar aqui com os meus amigos, familiares, neste momento inesquecível”

KLEBER MOREIRA
Advogado e cidadão ludovicense

reito pela Faculdade de Direito de São Luís. Além de exercer a profissão, o advogado atuou como conselheiro federal - de 1983 a 1984 - e como conselheiro seccional da OAB/MA por mais de 30 anos. Kleber Moreira foi o primeiro presidente do Instituto dos Advogados do Maranhão e membro fundador do Instituto Maranhense de Estudos de Direito Tributário. ●

Cármem Lúcia critica excessos de recursos judiciais

No lançamento da Semana Nacional de Conciliação, a presidente do Supremo pediu mais eficiência do Judiciário

BELO HORIZONTE

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármem Lúcia, disse ontem, em Belo Horizonte, que o uso excessivo de recursos é um dos motivos para a demora na conclusão de processos judiciais. Ela também pediu mais eficiência do Judiciário.

A ministra participou do lançamento da Semana Nacional da Conciliação. O evento é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ocorre em todo o país. Na capital mineira, estão agendadas 1.208 audiências até sexta-feira (25), com o objetivo de promover acordos entre as partes no maior número possível de processos.

Segundo Cármem Lúcia, promover a conciliação é fundamental não só para desafogar o Judiciário, como também para dissolver a tensão que aflige a sociedade. "Esta é a primeira Semana Nacional de



Divulgação

Cármem Lúcia disse ontem que promover a conciliação é fundamental

Conciliação que ocorre após a aprovação do novo Código de Processo Civil. Uma das bases da nova legis-

lação é a prioridade aos procedimentos conciliatórios. É uma mudança que se volta para a redução

“Ninguém quer abrir mão dos seus direitos. E é bom que as pessoas agora saibam dos seus direitos e vão à luta por eles”

CÁRMEN LÚCIA
Presidente do Supremo Tribunal Federal

do número de recursos e a busca de soluções efetivas”, afirmou.

Morosidade

Para a ministra, uma das causas da morosidade judicial é o uso excessivo dos recursos, o que sai caro para a sociedade. "Isso vale para todos, para os juízes, os advogados e promotores do Ministério Público. As faculdades precisam se repensar. Na graduação, eu estudei um semestre inteiro aprendendo a fazer recursos. A pessoa se forma orientando o cliente a recorrer. E quando se diz ao cliente que recorrer em um caso não adianta, ele acha que o advogado é incompetente ou está com preguiça", disse.

Cármem Lúcia também cobrou mais eficiência do Judiciário e que os processos possam ter início, tramitação e resposta final. Ela disse que quem não reivindica seus direitos, não faz por merecê-los. "Ninguém quer abrir mão dos seus direitos. E é bom que as pessoas agora saibam dos seus direitos e vão à luta por eles", acrescentou. ●

Laudos da morte de publicitária devem sair hoje

O resultado dos exames periciais aos quais foram submetidos a publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, de 33 anos, e o empresário Lucas Leite Ribeiro Porto, de 37 anos, está previsto para ser divulgado hoje, em coletiva na sede da Secretaria de Segurança Pública, na Vila Palmeira. Lucas Porto, cunhado da vítima, confessou de forma espontânea ter violentado sexualmente e assassinado a publicitária motivado por uma paixão incontida, ocorrido no dia 13.

O delegado geral da Polícia Militar, Lawrence Melo, disse que estava faltando apenas o resultado dos exames periciais realizado pelos profissionais da Superintendência da Polícia Técnica e Científica para encaminhar o inquérito policial para o Poder Judiciário.

De acordo com Lawrence Melo, a autoria do crime está bem definida e por meio desses exames iriam ser preenchidas algumas lacunas da investigação. Uma delas é a ocorrência da violência sexual. A polícia precisa saber o que procedeu no decorrer dos 40 minutos em ficaram juntos o acusado e a publicitária, no apartamento da vítima, no Turu. ●

Judiciário abre Semana da Conciliação no Maranhão

Teve início nesta segunda-feira (21), no Fórum Sarney Costa (Calhau), a Semana da Conciliação, que tem como objetivo buscar soluções alternativas aos conflitos apresentados à Justiça.

A abertura da semana, que este ano traz como slogan “Conciliação – O caminho mais curto para resolver seus problemas”, contou com a presença dos desembargadores Cleones Cunha (presidente do TJMA), José Luiz Almeida (presidente do Núcleo de Solução de Conflitos) e dos juízes Alexandre Abreu (coordenador do Núcleo) e Sebastião Bonfim (diretor do Fórum).

“A conciliação é o melhor caminho para resolver litígios na Justiça. O acordo traz benefícios para as partes, solucionando os impasses judiciais e desafogando o Poder Judiciário”, afirmou o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha.

Dados do Núcleo de Conciliação indicam que foram agendadas 644 audiências no Centro Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania e em 113 unidades (Varas e Juiza-

dos), totalizando 12.699 processos cadastrados em todo o Maranhão.

O coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, explica que o Judiciário disponibiliza canais para audiência de conciliação, por meio do Telejudiciário (0800 707 1581), no site www.tjma.jus.br “plataforma do cidadão”.

O magistrado informa que alguns serviços já podem ser resolvidos dentro da plataforma sem necessidade de deslocamento. “A partir de agora o Judiciário maranhense amplia ao cidadão, diversas formas de resolver suas questões, oportunizando a solução de litígios”, salientou Alexandre Abreu.

Durante a semana, centenas de processos judiciais serão apresentados em audiência com a participação das partes envolvidas no litígio. O cidadão que quiser resolver o seu problema pela via da conciliação devem procurar os centros de judiciários de solução de conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão para comunicar seu interesse.

Acusado de roubo e corrupção de menores pega mais de 12 anos de reclusão

Em sentença assinada na última sexta-feira (18), o juiz Marcelo Santana Farias, titular da 1ª Vara da comarca de Lago da Pedra, condenou o réu Marcos Flávio Costa da Silva a 12 (doze) anos, cinco meses e dez dias de reclusão pelos crimes de roubo e corrupção de menores. A pena deve ser cumprida em regime inicialmente fechado. O réu deve ainda pagar 124 (cento e vinte e quatro) dias-multa, além das custas. Na sentença, o juiz nega ao réu o direito de recorrer em liberdade.

A série de crimes teria tido início no dia 20 de março, quando os quatro acusados subtraíram da vítima Ediberto Damásio de Brito, na cidade

de São Domingos, o veículo que utilizaram para cometer os demais delitos. No dia seguinte (21), a quadrilha roubou a motocicleta de Fábio da Silva Cruz. O crime, cometido com o emprego de arma de fogo, ocorreu na estada que liga Lagoa Grande do Maranhão a Lago da Pedra. Consta do processo que Jucélio teria entregue ao grupo a quantia de R\$ 300 (trezentos reais), ao que os assaltantes iniciaram uma revista na carteira da vítima, encontrando na mesma mais R\$ 3.550,00 (três mil e quinhentos e cinquenta reais), além de três cheques. Ato contínuo, o grupo atingiu Jucélio com tapas no rosto, levando do mesmo a camione-

te, celulares, jóias, mais R\$ 1 mil (mil reais) de outra vítima, deixando Jucélio e Eriscarlos amarrados e armoadados e levando como reféns uma mulher e a neta dela. O carro e as reféns foram abandonados no povoado Barraquinha.

No dia 23, após troca de tiros com policiais na cidade de Joselândia, o denunciado Marcos Flávio foi capturado juntamente com um dos menores que participaram do crime. O juiz destaca ainda o crime de corrupção de menores cometido pelo réu, crime esse previsto no art. 244-B do Código Penal. Os menores também foram reconhecidos por algumas das vítimas como participantes da quadrilha.

Judicialização da saúde é discutida com juízes da Fazenda Pública

Pag. 03



REUNIÃO

Judicialização da saúde é discutida com juízes da Fazenda Pública

Juízes das varas da Fazenda Pública do Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís estiveram reunidos com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha; o coordenador do Comitê Estadual de Saúde, desembargador João Santana; o secretário estadual de Saúde, Carlos Lula; o procurador geral do Estado, Rodrigo Maia; o defensor público geral, Werther Lima, e representantes de hospitais privados de São Luís.

A reunião - realizada na sexta-feira (18) - foi para dar continuidade à discussão acerca da judicialização de questões relacionadas à saúde - iniciada em reunião no dia 27 de outubro - em razão da grande quantidade de pedidos judiciais que implicam em ordens para internações e outros procedimentos médicos em hospitais privados, às custas do Estado.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, explicou aos juízes da Fazenda Pública a situação, que já vem sendo discutida nacional-

mente em busca de um procedimento que assegure tanto os direitos fundamentais do cidadão quanto o livre convencimento do juiz.

O desembargador João Santana observou que a promoção da saúde é dever dos entes públicos, frisando as dificuldades e responsabilidade dos magistrados na garantia dos atendimentos.

Os juízes da Fazenda Pública relataram as principais dificuldades e riscos de seu cotidiano em relação às ações que demandam procedimentos médicos, a exemplo dos casos de internação de dependentes químicos, que necessitam de instituições com estrutura adequada.

Eles ressaltaram a disposição do Tribunal de Justiça em discutir o tema, que merece diálogo para definir os procedimentos de magistrados que se deparam com as questões relacionadas à saúde.

Os representantes dos hospitais particulares e da Secretaria Estadual de Saúde compro-



Os juízes relataram as principais dificuldades e riscos

meteram-se em elaborar minuta, com modelo de um convênio que estabeleça um procedimento administrativo para eventuais internações de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) na rede privada de saúde e sobre o pagamento dos serviços médicos.

O desembargador Cleones Cunha afirmou que se reunirá novamente com os juízes, para discutir o modelo de convênio e as possibilidades de aplicação no âmbito da Justiça maranhense.

"Estamos discutindo a busca de solução, mas os juízes possuem total liberdade em suas decisões e não se pode interferir nessa garantia", ponderou.

Participaram da reunião os juízes Raimundo Neris (9ª Vara da Fazenda Pública); Luzia Madeira Nepomucena (1ª Vara); Carlos Veloso (2ª Vara); Alessandra Arcangeli (respondendo pela 3ª Vara); João Francisco Rocha (5ª Vara); Manoel Matos (Juizado Especial) e Jamil Aguiar (1ª Vara de Ribamar).



**Luzes e vozes
na programação de
Natal do governo
e prefeitura**

VIDA



**Procura por
enfeites natalinos
movimenta o
comércio da capital**

VIDA

Celebração começa no dia 1º de dezembro com shows, espetáculos e apresentações por toda a cidade e termina dia 22 com a tradicional Cantata Natalina

FOTOS: HONÓRIO MOREIRA



Cidade no clima de Natal

PATRICIA CUNHA

A cidade já está no clima de Natal. E, no mês de dezembro, a celebração natalina, a magia da decoração, as cantatas, shows e espetáculos deixarão a cidade ainda mais bela. Uma decoração especial com instalação de lâmpadas e adornos já enfeita as fachadas de alguns prédios e pontos turísticos da capital, a exemplo dos palácios de La Ravardièrre (sede da Prefeitura), dos Leões (sede do Governo do Estado) e Clóvis Beviláqua (sede do Tribunal de Justiça), além de rotatórias, praças, ruas e pontes. As festividades natalinas são resultados da parceria entre Prefeitura de São Luís e Governo do Maranhão. “Vamos fazer uma grande festa com qualidade e segurança, fomentar a cultura e o turismo, fortalecendo a procura por São Luís nesse período, e incrementar a economia do estado com geração de emprego e renda para toda a cadeia produtiva envolvida nos eventos”, destaca Diego Galdino, secretário de Estado da Cultura e Turismo.

O Natal de Todos, como o evento é intitulado, terá oito dias de programação aberta ao público de todas as idades, no Palácio dos Leões, Praça da Lagoa da Jansen e na Igreja da Sé, com uma média de



Vamos fazer uma grande festa com qualidade e segurança, fomentar a cultura e o turismo, fortalecendo a procura por São Luís nesse período, e incrementar a economia do estado com geração de emprego e renda para toda a cadeia produtiva envolvida nos eventos

Diego Galdino, secretário de Estado da Cultura e Turismo

duas atrações principais por noite, como concertos, espetáculo de teatro infantil, cantata natalina, dança contemporânea, shows e espetáculo opereta.

Entre as atrações das festividades, estão Emanuel de Jesus, Fernando de Carvalho, banda Bossa Nossa, Roberto Rafa, espetáculo *Os Saltimbancos*, Banda Unidunitê, Orquestra de Berimbau Mandingueiros do Amanhã, espetáculo infantil *O Baile das Lavadeiras*, espetáculo infantil *ZZZ Sganareli*, Banda Vagalume, entre outros.

Festividades

A abertura oficial do Natal será no dia 1º de dezembro com a ligação das luzes da decoração e início da programação cultural que ocorrerá ao longo do mês na Praça Pedro II, Espigão e praça da Lagoa da Jansen. A partir das 19h, no Palácio dos Leões, haverá a chegada

do Papai Noel, apresentação de ballet (CIA Olinda Saul) e show de Flávia Bittencourt com Orquestra Jovem João do Vale, que vão dar a largada para as festividades. A temporada natalina encerra-se no dia 22, na Igreja da Sé, com a tradicional Cantata Natalina.

A cantora Flávia Bittencourt fez uma seleção primorosa de músicas para o espetáculo. “Eu farei um repertório especial com a orquestra. Vamos fazer um medley com algumas toadas - o arranjo ficou lindo. E outros temas de natal mesmo tipo Jingle Bells, Halleluia, Canto de Luz. No Movimento de minha autoria também entrará pela mensagem positiva da letra, entre outras canções”.

No Palácio dos Leões, haverá programação todas as sextas-feiras. Na Praça da Lagoa, as atrações serão especiais para a criançada em todos os sábados do mês de dezembro, pois além das apresentações artísticas que serão realizadas

no palco, a praça inteira estará imersa na atmosfera natalina. Nesses dias, o Papai Noel abrirá as portas de sua casa para receber as crianças e distribuir doces e fotos, além de uma oficina de leitura.

Decoração especial

Durante o mês de dezembro, símbolos sacros que anunciam o nascimento de Jesus, a exemplo de anjos com trombetas, velas, estrelas, sinos e árvores vão embelezar ainda mais espaços e prédios públicos da capital.

O Palácio de La Ravardièrre recebeu cordas luminosas em seu entorno e as colunas ganharam microlâmpadas que dão mais beleza ao local. No Palácio dos Leões, uma iluminação especial em Led em seu contorno e peças decorativas completam a ornamentação. O prédio do Tribunal de Justiça receberá decoração semelhante à dos dois palácios.

PROGRAMAÇÃO PALÁCIO DOS LEÕES

ABERTURA DIA 1º, ÀS 19H

Cerimônia de abertura com fogos de artifício, acendimento das luzes natalinas, chegada do Papai Noel e apresentação de ballet (CIA Olinda Saul)
19h30 Show natalino de Flávia Bittencourt com Orquestra Jovem João do Vale

DIA 2

17h às 20h - Presença do Papai Noel
19h Show "Fé na Vida", com Emanuel de Jesus

DIA 9

17h às 20h Presença do Papai Noel
19h Apresentação de Ballet (CIA Olinda Saul)
20h Show Fernando de Carvalho

DIA 16

17h às 20h Presença do Papai Noel
19h Show da banda Bossa Nossa
20h Show de Roberto Rafa

PRAÇA DA LAGOA

DIA 3

19h Chegada do Papai Noel e apresentação de ballet (CIA Olinda Saul)
19h15 Espetáculo infantil teatro de Bonecos: Os Saltimbancos
20h Show infantil com a Banda Unidunitê

DIA 4

17h às 19h Presença do Papai Noel
10/dez
17h às 20h Presença do Papai Noel
19h Orquestra de Berimbau "Mandingueiros do Amanhã"
20h Espetáculo infantil: O baile das Lavadeiras

DIA 11

17h às 19h Presença do Papai Noel

DIA 17

17h às 20h Presença do Papai Noel
19h Espetáculo infantil: ZZZ Sganareli
20h Show infantil com a Banda Vagalume

DIA 18

17h às 19h Presença do Papai Noel

IGREJA DA SÉ

DIA 22

19h Cantata Natalina na escadaria da Catedral da Sé

A CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA



**JOÃO BATISTA
ERICEIRA**

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
E SÓCIO MAJORITÁRIO DE
JOÃO BATISTA ERICEIRA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

A espetacularização da prisão dos ex-governadores do Estado do Rio, políticos tradicionais, detentores de mais de um mandato como chefes do Executivo de unidade de referência da Federação brasileira, pois por anos abrigou a capital da República, e é centro da cultura nacional, leva a observações sobre a presente situação do país, mergulhado em persistente e generalizada crise política. A inteligência nacional pergunta-se: onde estarão as saídas? Os aprisionados, Sérgio Cabral e Anthony Garotinho, eram pretendentes ao exercício da Presidência da República. O que os levou a condição de denunciados pela prática de delitos graves? O primeiro acusado de participar de rede de desvio de recursos públicos, incriminado na Operação Lava Jato, o segundo, por captação ilícita de sufrágio votos na eleição municipal de Campos.

As imagens da resistência de Garotinho e familiares reagindo à prisão, e de Sérgio Cabral, em trajes de presidiário, foram impactantes, constrangedoras, levando o cidadão comum a indagar-se sobre o estágio a que chegou a política tradicional brasileira, atividade criminalizada, povoada de foras da lei. Ao tempo em que contemplava aquelas imagens, recordava o que me dizia o cônego Antônio Bonfim, meu tio pelo lado materno. Tendo morado na França, e cursado sociologia na Universidade Sorbonne, mencionava o acato dos franceses aos seus homens públicos. O general Charles

De Gaulle era venerado pelos compatriotas, mesmo pelos adversários políticos que lhe tinham enorme respeito.

Os primeiros homens públicos conhecidos no Brasil, antes da independência política, eram os funcionários da coroa portuguesa, havidos como corruptos, enganavam o rei de Portugal e os colonos, apropriando-se dos impostos arrecadados. Após a emancipação política, prosseguiram em torno de Pedro I. Adveio a República, apoderaram-se dela por sucessivas gerações. A formulação indica: o problema tem raízes históricas, mas nunca chegou ao atual nível, certamente determinado por causas mais recentes.

Duas são evidentes. A ditadura de 21 anos de duração, negando a possibilidade da educação e da experiência democrática às novas gerações, paradoxalmente, a pretexto de combater a corrupção. E o retorno ao Estado Democrático de Direito, com a “democracia de Procon”, transformando a política em balcão de compra e venda de votos.

A representação popular desfigurou-se. O Legislativo não exerce as suas atribuições, o Executivo não governa, sobrando ao Judiciário o espaço de poder restante. Na ciência política, como se sabe, o poder tem horror ao vazio, os seus espaços energéticos são sempre ocupados.

Fala-se, por exemplo, que vivemos tempos de ditadura, em especial do Judiciário. Não compreendo dessa forma. Entendo que o Judiciário ocupa espaços não exercidos pelo Legislativo e pelo Executivo. Sem emitir juízo de valor, é urgente que se façam as reformas do Estado, e as alterações devidas na Constituição Federal de 1988.

Após 28 anos de vigência, ela vem cumprindo seu papel. A mais longa da história

republicana, venceu e superou várias crises institucionais, incluindo a atual, inaugurada com as manifestações de rua desde 2013, com a população protestando nos principais centros urbanos do país. Passou pelo impeachment dos presidentes Collor e Dilma.

Contempla figuras inovadoras como a participação direta da população, pelo plebiscito, referendo, e iniciativa popular de leis, possui mecanismos de reforma, é flexível às alterações necessárias para a promoção das reformas do Estado brasileiro.

A reformulação do pacto federativo, do sistema tributário, da forma de governo, das normas eleitorais e partidárias é urgentíssima. Da forma como está não se fala em administração. Os olhos dos gestores voltam-se para a próxima eleição. A duração dos mandatos, a coincidência das eleições, integram a pauta de ampla reforma constitucional.

Nos anos vinte do século passado, Ruy Barbosa, redator da Constituição de 1891, sentindo que a sua obra não resistiria aos reclamos sociais. E a verdade da representação política e dos direitos sociais, preconizou reforma constitucional, antes que o povo a fizesse com as próprias mãos. Não foi ouvido. Os tenentes lançaram-se em armas, em sucessivas revoltas, até chegar a Revolução de Trinta.

À época, Ruy, do alto de sua autoridade moral, desejava que tudo se fizesse dentro da Lei. Fez as advertências, mas não encontrou eco entre os políticos tradicionais preocupados com os seus mandatos e negócios. Por ignorância, a história corre o risco de repetir-se. Só que agora o cidadão brasileiro não abre mão do seu protagonismo. Quer o ponto final na criminalização da política.



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico S.R.P. nº 75/2016
Processo nº 28.998/2016

Objeto: Registro de preço para aquisição de Smartphones; **Abertura:** 06/12/2016, às 10:30 horas (horário de Brasília); **Local:** Site www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; **Email:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** 98 3261 6181.

São Luís/MA, 18 de novembro de 2016.

Thiago Chung de Farias
Pregoeiro.

BARBÁRIE Jovem é queimada viva e esquartejada no Anjo da Guarda



Adolescente **queimada viva** e esquartejada

Bárbaro crime ocorreu no bairro Anjo da Guarda e foi praticado por membros de uma organização criminosa. Jovem de 17 anos teve pedaços do corpo atirados em um esgoto

DOUGLAS CUNHA

Uma barbárie praticada por seis homens, dos quais dois menores, provocou muita comoção e revolta na população do Alto da Esperança, distrito do Anjo da Guarda. Ali, uma adolescente de apenas 17 anos foi atraída por membros de uma organização criminosa para uma “boca de fumo”, onde foi drogada para depois ser queimada viva e depois esquartejada e os pedaços jogados em um esgoto que os levaria para a maré.

A vítima foi a adolescente Rayssa Melo Diniz, de 17 anos, moradora do Alto da Esperança, no Anjo da Guarda, onde foi criada, tendo como vizinhos os homens que a mataram com requintes de crueldade. Ela havia desaparecido da casa de sua família, no dia 16, e desde então estava sendo procurada por familiares, mas



Rayssa foi
queimada viva e
esquartejada

seu corpo, em pedaços e em estado de decomposição, foi encontrado no último sábado por populares, em uma área de mangue, no Alto da Esperança.

O achado foi comunicado ao Ciops, que por seu turno não comunicou para a Quinta Delegacia Distrital (Anjo da Guarda), em cuja circunscrição se deu o crime absurdo. Logo que soube do ocorrido, o delegado Walter Wanderley deu início às investigações e conseguiu identificar todos os envolvidos.

A Polícia Militar passou a realizar buscas e conseguiu prender um adolescente de 15 anos que participou do assassinato,

tendo este esclarecido o crime, sua autoria e circunstâncias. Disse Walter Wanderley que o adolescente infrator havia saído recentemente do Centro de Ressocialização, mas não tinha retornado para junto de sua família, ficando na companhia de “amigos”, os mesmos que queimaram viva a adolescente Rayssa e a esquartejaram.

Furto de drogas?

O adolescente de 15 anos informou ao delegado que havia desaparecido com certa quantidade de drogas da casa do traficante Miquéias Augusto Oliveira Silva, conhecido como “Mil

Graus”, de 19 anos, tendo este reunido com o seu grupo, formado por Ivanilson Costa Ramos - “Rugal”; Elias Fernando Bandeira Alves, conhecido como “Coyote”; e dois menores de 15 anos. Nesta reunião, os bandidos concluíram que a droga teria sido furtada pela adolescente Rayssa Melo Diniz e que, por isto, teria que morrer.

O grupo traçou um plano para eliminar a adolescente e coube a Elias a missão de atraí-la para a “boca de fumo”. Rayssa era viciada e, por isso, tornou-se presa fácil. Ela foi convidada por Elias para “cheirar” loló na casa de Mil Graus. Rayssa atendeu ao convite e, chegando à “boca de fumo”, foi dopada, tendo se deitado em uma cama quase inconsciente. Mil Graus aproveitou e deu-lhe uma “gravata” apertando-lhe o pescoço até desmaiar.

Os bandidos enrolaram a vítima em um lençol e a colocaram em um balde grande, levando-a para a beira do mangue, onde foi jogada em um tanque vazio, coberta com galhos de mato seco e queimada, mesmo estando viva. Depois a esquartejaram e botaram os pedaços do corpo em um boeiro, para que as águas da chuva os levassem para a maré. Mas não choveu e os restos mortais de Rayssa foram encontrados por populares e reconhecidos por familiares.



Idade da vítima

Autores foram perseguidos, mas só um menor foi apreendido

Os autores do crime se esconderam no manguezal onde foram perseguidos por populares revoltados e que os queriam linchar, mas conseguiram escapar. A população revoltada tocou fogo na casa de “Mil Graus”. Os foragidos continuam sendo procurados pela Polícia Militar

e investigadores da Quinta Delegacia Distrital (Anjo da Guarda), onde foi instaurado inquérito para apurar responsabilidades. O adolescente de 15 anos que já foi apreendido, se encontra em uma unidade de internação de adolescentes infratores, por determinação da Justiça. Todos

os envolvidos neste crime, são bandidos de alta periculosidade com extensa ficha criminal. Mil Graus se encontrava no Presídio Estadual pela prática de crime de roubo com uso de arma e ameaça de morte praticado em oito de dezembro de 2014, tendo sido liberado no dia sete de

junho passado pelo benefício de liberdade condicional; Ivanilson Costa Ramos—“Rugal” possui uma extensa ficha criminal e há cerca de um mês foi preso por assalto e já se encontrava em liberdade. Os demais membros do grupo, são todos egressos da prisão por crimes de roubos e furtos.

Judicialização da saúde é discutida com juízes da Fazenda Pública da capital

A reunião deu continuidade à discussão sobre os pedidos judiciais que implicam em ordens para procedimentos médicos em hospitais privados

Juízes das varas da Fazenda Pública do Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís estiveram reunidos com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha; o coordenador do Comitê Estadual de Saúde, desembargador João Santana; o secretário estadual de Saúde, Carlos Lula; o procurador geral do Estado, Rodrigo Maia; o defensor público geral, Werther Lima, e representantes de hospitais privados de São Luís.

A reunião – realizada na sexta-feira (18) – foi para dar continuidade à discussão acerca da judicialização de questões relacionadas à saúde – iniciada em reunião no dia 27 de outubro – em razão da grande quantidade de pedidos judiciais que implicam em ordens para internações e outros procedimentos médicos em hospitais privados, às custas do Estado.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, explicou aos juízes da Fazenda Pública a situação, que já vem sendo discutida

Ribamar Pinheiro



Presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, disse na reunião que a questão vem sendo discutida nacionalmente

nacionalmente em busca de um procedimento que assegure tanto os direitos fundamentais do cidadão quanto o livre convencimento do juiz.

O desembargador João Santana observou que a promoção da saúde é dever dos entes públicos, frisando as dificuldades e responsabilidade dos magistrados na garantia dos atendimentos.

Os juízes da Fazenda Pública relataram as principais dificuldades e riscos de seu cotidiano em relação às ações

que demandam procedimentos médicos, a exemplo dos casos de internação de dependentes químicos, que necessitam de instituições com estrutura adequada.

Eles ressaltaram a disposição do Tribunal de Justiça em discutir o tema, que merece diálogo para definir os procedimentos de magistrados que se deparam com as questões relacionadas à saúde.

Os representantes dos hospitais particulares e da Secretaria Estadual de Saúde com-

prometeram-se em elaborar minuta, com modelo de um convênio que estabeleça um procedimento administrativo para eventuais internações de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) na rede privada de saúde e sobre o pagamento dos serviços médicos.

O desembargador Cleones Cunha afirmou que se reunirá novamente com os juízes, para discutir o modelo de convênio e as possibilidades de aplicação no âmbito da Justiça maranhense.

“Estamos discutindo a busca de solução, mas os juízes possuem total liberdade em suas decisões e não se pode interferir nessa garantia”, ponderou.

Participaram da reunião os juízes Raimundo Neris (9ª Vara da Fazenda Pública); Luzia Madeira Nepomucena (1ª Vara); Carlos Veloso (2ª Vara); Alessandra Arcangeli (respondendo pela 3ª Vara); João Francisco Rocha (5ª Vara); Manoel Matos (Juizado Especial) e Jamil Aguiar (1ª Vara de Ribamar). (Juliana Mendes - AsscomTJMA)



Micro-ondas

Joel Jacinto

joeljacintho@yahoo.com.br / joeljacintho@uol.com.br

Em Sampa

O jornalista maranhense Fábio Santos foi escolhido secretário municipal de Comunicação pelo prefeito eleito de São Paulo, João Dória Jr. (PSDB). Natural de São Luís, ele é irmão do juiz Gervásio Protásio Santos, presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA). Fábio Santos deixou a terra natal



ainda muito jovem. Na capital paulista, cursou o ensino superior e construiu uma sólida carreira profissional.

Comarca de Bom Jardim abre 30 vagas para casamento comunitário

A comarca de Bom Jardim abriu inscrições, no período de 21 a 30 de novembro, para a próxima cerimônia do projeto “Casamentos Comunitários”, com 30 vagas para casais da comunidade. A cerimônia será realizada no dia 15 de dezembro, às 17h, no espaço do Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público do município.

As inscrições são restritas aos noivos residentes em Bom Jardim e devem ser feitas junto ao

cartório do 2º Ofício, localizado na Praça Governador José Sarney, 37-B, Centro. Os editais dos proclamas deverão ser enviados à secretaria judicial do fórum local até o dia 1º de dezembro deste ano, para que sejam publicados no Diário da Justiça Eletrônico. Os casais deverão comparecer ao cartório com os originais do RG e do CPF de noivos e testemunhas; Certidão de Nascimento atualizada para solteiros; atestado

de óbito e Certidão de Casamento para viúvos; e Certidão de Nascimento devidamente averbada para divorciados.

LEI

Na Portaria nº 6373/2016, o juiz Raphael Leite Guedes (Vara Única de Bom Jardim) assegura que todos os atos do Registro Civil necessários para a realização da cerimônia de casamento serão gratuitos, sendo proibida a cobrança de qualquer taxa ou despesa extraordinária pela serventia extrajudicial, com base na Lei nº 9.109/2009.

‘Caso Sefaz’

Juíza manda fazer busca e apreensão em endereços de ex-auxiliares de Roseana

..... PÁG. 3 [C1]

Juíza do ‘Caso Sefaz’ manda fazer busca e apreensão em endereços de ex-auxiliares de Roseana Sarney

Objetivo foi ‘coletar provas físicas e eletrônicas’ nos endereços de Cláudio Trinchão, Akio Valente e Jorge Arturo Mendoza

Por determinação da juíza Cristiana de Souza Ferraz Leire, da 8ª Vara Criminal, foi cumprida ontem (21) uma ordem de busca e apreensão nas residências dos ex-secretários do governo Roseana Sarney, Cláudio José Trinchão Santos e Akio Valente Wakiyama (ambos da Fazenda), e do advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior. Trinchão, Wakiyama e Mendoza são suspeitos de integrar um “esquema criminoso” montado no âmbito da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) entre os anos de 2009 e 2014, que causou um “rombo” nos cofres públicos de mais de R\$ 410 milhões. O esquema consistia em conceder benefícios tributários ilegais para grupos empresariais com objetivo de obter lucros.

A magistrada também determinou que fossem feitas buscas e apreensões no escritório de advocacia Mendoza e Torres Advogados Associados (de Jorge Arturo Mendoza) e na sede da empresa Centro de Tecnologia Avançada (CTA), de propriedade dos representados. A ordem, segundo o despacho da juíza Cristiana Ferraz, teve como objetivo “coletar provas físicas e eletrônicas” que estivessem relacionadas “à prática dos crimes imputados aos representados”. O cumprimento dos mandados judiciais foi coordenado pelo Ministério Público Estadual, com o apoio da Polícia Civil. As equipes do MP e da polícia primeiramente se deslocaram para as casas de Trinchão, na rua

Arlindo Menezes, 56, Condomínio Golden Green (Cohajap); de Akio Wakiyama, na rua das Cegonhas, 25, Condomínio Andorra (Olho d’Água); e de Jorge Arturo Mendoza, na avenida dos Holandeses, Edifício Terceiro Milênio, 69, apt. 700 (Olho d’Água). Depois, as equipes foram até o escritório de Jorge Arturo (Mendoza & Torres Advogados Associados), na avenida dos Holandeses, 14, Edifício Century Multiempresarial (Ponta d’Areia), e ao Centro de Tecnologia Avançada (CTA), no Planalto do Anil 3. A denúncia do promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos (27ª Promotoria de Justiça Especializada da Defesa da

Ordem Tributária e Econômica), datada de 31 de outubro passado, envolvendo a ex-governadora Roseana Sarney Murad, Cláudio Trinchão, Akio Valente, Arturo Mendoza e outras seis pessoas, foi aceita pela juíza Cristiana Ferraz no dia 4. Além dos quatro já citados, foram denunciados os ex-procuradores-gerais do Estado Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel; o ex-procurador adjunto Ricardo Gama Pestana; o ex-diretor da célula de gestão fiscal da Sefaz Raimundo José Rodrigues do Nascimento; o analista de sistemas Edimilson Santos Ahid Neto; e a secretária particular Euda Maria Lacerda. (Oswaldo Viviani)

Padre Brandt – O verdadeiro revolucionário “Vim para servir”

Ademar de Souza Maciel*

O ano de 2017 será lembrado como o marco mais importante da história da sociedade arariense, pois há 100 anos nasceu, em Colinas/MA, o mais arariense dos ararienses – Clodomir Brandt e Silva. Foram 81 anos dedicados ao povo de Arari, período que pode ser visto em dois momentos: um de intensa preparação, que corresponde aos seus primeiros 27 anos de idade, concluído no Seminário Santo Antônio, e outro, de execução de um projeto que teve início logo após sua chegada em Arari, às 12 horas do dia 8 de janeiro de 1944, quando conheceu a diminuta cidade e manteve o primeiro contato com seus moradores, onde pôde perceber suas carências, angústias e aflições.

Evidentemente que o Pe. Brandt sabia que o seu maior desafio seria combater o analfabetismo, pois, ainda hoje, esta é uma questão tratada com indiferença pelo estado brasileiro e, como resposta, logo no mês seguinte, foi aberta uma escola primária para meninos, denominada Instituto Nossa Senhora das Graças, com apenas dois alunos, que não eram da terra. Para gerir a incipiente organização, foi formalizada no ano seguinte a estrutura da Associação da Doutrina Cristã. Com quatro secretariados, a ADC atuou nas áreas da educação, cultura, assistência e promoção humana e evangelização e catequese. Essa nova estrutura possibilitou a criação de jardim de infância, primários (masculino e feminino),

ginásio, escola normal, cursos profissionalizantes (escola de artes gráficas, de música, de corte e costura e de carpintaria), biblioteca, livraria, quadra e campo esportivo, internato, refeitório, teatro, cinema, jornal, editora, alto-falante, ambulatório, laboratório e cooperativa.

Das realizações da ADC, o Programa de Formação de Líderes, mesmo tendo sofrido solução de continuidade, foi o mais ousado. Concebido para funcionar em cadeia, o programa mantinha na capital maranhense, alguns alunos carentes que tivessem concluído o primário para aprofundarem seus conhecimentos e transferi-los, posteriormente, àqueles que não tiveram a mesma oportunidade. Dos beneficiados, apenas o médico João da Silva Lima, a professora Conceição de Maria Fernandes e a auxiliar de enfermagem Emília Rosa Correa Pereira contribuíram para a manutenção do sistema. Convém lembrar que o trabalho da ADC foi iniciado em meio a adversidades: a cidade não possuía luz elétrica, água encanada, nem estrada de rodagem. Todas as atividades eram realizadas por meio do rio Mearim. Às adversidades, somava-se o ambiente político. Vivia-se o período do “vitorinismo”, corrente que seguia orientações do senador Vitorino Freire, então chefe político do Maranhão. Dizia-se, na época, que Vitorino elegeria até um cachorro de rua para vereador ou deputado. Politicamente o senador contava com o apoio do presidente Gaspar Dutra e, midiaticamente, dos Diários Associados, de Assis

Chateaubriand. Para combatê-lo, foi formada as “oposições coligadas”, com quem o Pe. Brandt se identificou. A retaliação foi imediata: para Arari, foi deslocada uma tropa da polícia militar do estado para eliminá-lo. Não conseguiu, porém sua residência foi fuzilada e a população sitiada (neste 23 de outubro esta malfadada operação completa 62 anos).

Por isso, enquanto o Estado não formalizar pedido de desculpa ao Pe. Brandt, in memoriam, e ao povo de Arari, ultrajado no seu mais elementar direito: o de ir e vir, a polícia militar carregará essa mácula na sua história. Todavia, enquanto as perseguições tornavam-se mais acentuadas a nível estadual, seu prestígio aumentava nacionalmente, a ponto de ser visitado pelo então governador de São Paulo e candidato à presidência da república, Adhemar de Barros, nas eleições de 1955.

Entre tantas batalhas, um episódio, possivelmente inédito, merece ser registrado: informado por amigos que suas homilias estavam sendo gravadas por agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI), no período da ditadura civil/militar, iniciada em 1º de abril de 1964, respondeu ironicamente: “sairão todos daqui convertidos”.

Apesar de taxado, por alguns, de conservador (rótulo que não o incomodava), ninguém realizou um trabalho mais revolucionário do que o seu. Um rápido balanço demonstra dados reveladores do Arari atual e o de outrora. Lá, na sede do município, existia apenas um dicionário da língua

portuguesa, enquanto que, atualmente, dos 27 membros do Tribunal de Justiça, dois estudaram nos colégios da ADC, assim como vários secretários de estado, advogados, engenheiros, gráficos, músicos, juízes, professores, empresários, enfermeiros, economistas, administradores, odontólogos, escritores, historiadores, médicos, como Nerly Cutrim, inspirador da homenagem que será prestada ao Pe. Brandt no próximo ano, pelos 100 anos do seu nascimento.

Homem culto, Pe. Brandt escreveu vários livros. Falava fluentemente, além do português, francês, inglês, latim, italiano, espanhol e ainda estudava hebraico e alemão. Marcou época no jornalismo maranhense ao lado de Neiva Moreira, Josué Montello, Manoel Lopes e Erasmo Dias. Grande orador, a cidade se enchia de expectativa quando anunciavam sua manifestação, quer no púlpito, quer na “voz de Arari”, quer em praça pública. Esse é, portanto, o padre que chegou em Arari sem nenhum recurso financeiro e viveu privações. Em sua residência não possuía, sequer, um filtro d’água e morreu na mais absoluta pobreza material. Entretanto, realizou um trabalho sem precedentes, cumprindo seu compromisso mais sublime com a sociedade arariense, contido no seu slogan: “vim para servir”. Seu maior legado, no entanto, está na consciência, de cada arariense, da importância do conhecimento para a realização profissional.

**Administrador.*

- De ontem (21) até domingo (27) os juízes Mário Prazeres Neto (3º Juizado Cível) e Andréa Cysne Frota Maia (juíza auxiliar) respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís.
- O plantão funciona no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, no período noturno de segunda a sexta-feira e durante 24 horas nos sábados, domingos e feriados.

Buriti Bravo

Acusados de homicídio e tentativa de homicídio são condenados em júri

Júri promovido pela comarca de Buriti Bravo no último dia 18 terminou com a condenação dos réus Aquino da Silva Oliveira e Fábio da Silva Sousa a, respectivamente, 15 e 12 anos de reclusão em regime inicialmente fechado. Os acusados responderam pelas acusações de homicídio (Aquino) e tentativa de homicídio (Fábio) que teve como vítima Francisco das Chagas Pereira da Silva, o Zé Filho. De acordo com o processo, os crimes ocorreram no dia 18 de fevereiro, por volta das 23h, em um local conhecido como Morro do Cristo, onde a vítima, acompanhada de um amigo de nome Edson, bebia refrigerante, quando os acusados chegaram ao local em uma moto. Consta da denúncia que Fábio teria logo atirado na vítima, atingindo-a no tórax, ao que Francisco teria caído ao chão. Consta ainda da denúncia que Aquino teria atirado, mas não teria atingido a vítima. Depoimentos da vítima Edson da Silva e de outras testemunhas em audiência de instrução e julgamento evidenciaram que o acusado Fábio teria praticado tentativa de homicídio contra Francisco das Chagas, uma vez que Fábio teria atirado porém não acertou a vítima. Os depoimentos evidenciaram ainda a prática de homicídio consumado por parte do réu Aquino contra a mesma vítima. Na ocasião, Edson relatou que os acusados não atiraram contra ele (Edson), uma vez que fugiu do local ao avistar os dois (Fábio e Aquino).

Limpou tudo

O escritório do advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior, acusado de intermediar o esquema criminoso no chamado 'Caso Sefaz', foi encontrado completamente vazio pelas equipes do MP e da polícia, que foram lá ontem cumprir uma ordem judicial de busca e apreensão.

Mendoza teria desativado o escritório, na Ponta da Areia, assim que a Justiça acatou a denúncia do MP envolvendo seu nome. *(Com blog do Raimundo Garrone)*